

**entre o território e a justiça:
juventude, pesquisa e regeneração na caatinga**

**between territory and justice:
youth, research and regeneration in the caatinga**

Victoria Oliveira Lopes Mendes

Pesquisadora Associada no Departamento de Engenharia Florestal
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Viçosa, MG

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0222-4508>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17459115>

Resumo: Este relato de experiência narra a trajetória de uma jovem engenheira ambiental que, a partir de sua vivência acadêmica e territorial, confronta as contradições do mercado de crédito de carbono sob uma lente crítica e comprometida com a justiça climática. O estudo tem como eixo central a atuação da Associação dos Produtores de Crédito de Carbono Social do Bioma Caatinga, organização comunitária do semiárido nordestino que desafia a lógica excluente desse mercado ao propor um modelo enraizado na preservação ambiental, no manejo sustentável e na valorização dos saberes ancestrais — tudo isso em pleno bioma Caatinga, historicamente negligenciado e pouco contemplado nas agendas ambientais. Ao ocupar esse espaço, a associação denuncia desigualdades e aponta caminhos para uma transição ecológica mais justa e territorializada. O relato destaca as barreiras regulatórias, técnicas, financeiras e sociais que dificultam a participação dos pequenos produtores, revelando como o sistema atual perpetua desigualdades e privilegia interesses corporativos. Além disso, a autora ressalta o papel fundamental da juventude como agentes de resistência e transformação, que constroem alternativas regenerativas e emancipadoras. Este relato entrelaça ciência, política e afetividade, posicionando a justiça climática como compromisso ético e prática viva. Mais que um relato técnico, trata-se de uma travessia pessoal e coletiva rumo a uma transição ecológica justa, enraizada no território, guiada pela escuta e pela esperança de um futuro social e ambientalmente equitativo.

Palavras-chave: (1) Caatinga; (2) Juventude; (3) Justiça climática; (4) Mercado de carbono; (5) Transição ecológica.

Abstract: This experience report narrates the trajectory of a young environmental engineer who, based on her academic and territorial experience, confronts the contradictions of the carbon credit market from a critical perspective committed to climate justice. The

study focuses on the work of the *Association of Social Carbon Credit Producers of the Caatinga Biome*, a community organization in the semi-arid region of the Northeast that challenges the exclusionary logic of this market by proposing a model rooted in environmental preservation, sustainable management, and the appreciation of ancestral knowledge—all of this in the heart of the Caatinga biome, which has historically been neglected and little considered in environmental agendas. By occupying this space, the association denounces inequalities and points the way for a fairer and more territorialized ecological transition. The report highlights the regulatory, technical, financial and social barriers that hinder the participation of small producers, revealing how the current system perpetuates inequalities and privileges corporate interests. In addition, the author emphasizes the fundamental role of youth as agents of resistance and transformation, who build regenerative and emancipatory alternatives. This report intertwines science, politics and affectivity, positioning climate justice as an ethical commitment and living practice. More than a technical report, it is a personal and collective journey towards a fair ecological transition, rooted in the territory, guided by listening and the hope of a socially and environmentally equitable future.

Keywords: (1) Caatinga; (2) Youth; (3) Climate justice; (4) Carbon market; (5) Ecological transition.

Quem sou, de onde falo

Falo como jovem mulher, engenheira ambiental formada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), atualmente pós-graduanda em Engenharia de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental e pesquisadora nas áreas de gestão climática e eficiência energética pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Minha formação acadêmica e minhas vivências territoriais me colocaram diante de uma pergunta que, embora simples, reverbera em diversas camadas: quem pode realmente fazer parte da transição ecológica? Essa pergunta tem guiado minha trajetória em direção ao campo da justiça climática, um espaço onde sustentabilidade — entendida, conforme o relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas — não é apenas técnica, mas sobretudo política, humana e histórica.

Minha aproximação com a justiça climática surgiu da inquietação com os modelos hegemônicos de desenvolvimento ambiental, que muitas vezes ignoram as desigualdades estruturais e silenciam as vozes dos territórios mais afetados pelas mudanças climáticas. Ao estudar a fundo o mercado de crédito de carbono, percebi que, embora ele prometa soluções para a crise climática, sua estrutura atual tende a privilegiar grandes corporações, relegando pequenas empresas, associações comunitárias e povos tradicionais a uma posição de invisibilidade ou subalternidade.

Escolhi, então, investigar esses vazios, ou melhor, essas ausências sistemáticas a partir da perspectiva de uma juventude que não apenas herda uma crise climática sem precedentes, mas que também carrega o potencial de propor outros futuros. A juventude é muitas vezes descredibilizada nos espaços de tomada de decisão, mas é justamente por estarmos no entrelugar do “ainda não” e do “já não mais” que conseguimos tensionar os paradigmas vigentes e propor caminhos que unem ciência, justiça e regeneração.

Falo, portanto, de um lugar que é técnico, mas também afetivo e insurgente. Um lugar onde a pesquisa, a escuta e o engajamento se entrelaçam. E é a partir desse lugar que compartilho, neste relato, minhas reflexões e experiências em torno da justiça climática, compreendendo-a como um compromisso ético com a vida e com a construção de territórios mais justos, resilientes e vivos.

Contexto da experiência

Antes mesmo de iniciar a escrita do meu trabalho de conclusão de curso, tive a oportunidade de deixar meu estado: Minas Gerais e passar

um período em Alagoas, experiência que me aproximou de vivências até então desconhecidas. Foi um contato direto com outras realidades do país, onde presenciei desafios sociais profundos e modos de vida marcados por resistências cotidianas. Esse encontro despertou em mim o desejo de dar voz a essa região e compreender, de maneira mais sensível, as desigualdades socioambientais que atravessam o território brasileiro.

Nesse contexto, conheci uma pequena associação de produtores no sertão alagoano, cuja prática agroecológica me revelou um caminho possível para uma transição ecológica justa. Essa experiência se tornou um ponto de virada para minha formação e orientou o olhar crítico que levei ao trabalho de conclusão de curso. Nele, investiguei a inserção de pequenas organizações no mercado de crédito de carbono, buscando compreender como modelos alternativos podem resistir às lógicas excludentes desse sistema. O estudo comparou duas realidades contrastantes: de um lado, uma grande corporação, com ampla estrutura técnica e posição consolidada no mercado; de outro, uma pequena associação de produtores do semiárido brasileiro, cujas práticas sustentáveis representam, na prática, uma alternativa inovadora de mitigação das mudanças climáticas.

Deste modo inicia-se meu primeiro contato com a Associação dos Produtores de Crédito de Carbono Social do Bioma Caatinga, uma organização não governamental fundada em junho de 2022, com sede na zona rural do município de Delmiro Gouveia - AL, no alto sertão alagoano. A associação representa agricultores familiares que preservam áreas nativas nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. A Associação, por meio da conservação de áreas nativas da Caatinga, permite que as comunidades envolvidas não apenas promovam a preservação ambiental, mas também fortaleçam sua segurança territorial, a manutenção de modos de vida sustentáveis e a valorização de saberes tradicionais. Essa valorização do território não se restringe a sua dimensão ecológica, mas se estende à afirmação cultural, histórica e simbólica dos modos de vida sertanejos, muitas vezes silenciados pelas narrativas hegemônicas sobre desenvolvimento e progresso.

A atuação da associação é inovadora por propor um modelo de crédito de carbono social e integral, que busca unir a conservação ambiental com justiça climática e valorização das comunidades tradicionais. Seu diferencial está na proposta de incluir pequenos produtores rurais na cadeia de geração de créditos de carbono, promovendo não apenas a preservação da vegetação nativa, mas também a inclusão socioeconômica desses agentes. Nesse processo, o protagonismo comunitário assume uma função de resistência frente à lógica dominante do mercado de carbono, que historicamente

marginaliza os saberes não técnicos e desconsidera as práticas territoriais que sustentam a vida em regiões como o semiárido brasileiro.

Apesar de recente, esse modelo já está em implantação. Os produtores filiados à associação mantêm áreas preservadas, as quais são mapeadas, registradas e monitoradas com o objetivo de validar projetos que possam gerar créditos no mercado voluntário de carbono. O processo envolve a mensuração do carbono estocado na vegetação nativa da Caatinga, além de ações de reflorestamento, manejo sustentável e práticas agroecológicas. A inovação reside na tentativa de construir um sistema acessível a pequenos agricultores, com distribuição mais justa dos benefícios financeiros gerados pela comercialização dos créditos e com enfoque na valorização da biodiversidade e dos saberes locais. Trata-se, portanto, de uma proposta que rompe com a lógica colonial do conhecimento técnico como única forma válida de produção de soluções ambientais, reconhecendo saberes ancestrais como instrumentos legítimos de combate à crise climática. Essa visão se aproxima do pensamento de Enrique Leff (2001), que defende a necessidade de uma racionalidade ambiental capaz de integrar os conhecimentos tradicionais e os valores culturais como bases de uma nova ética ecológica.

Foi a partir do contato com essa associação, marcada por sua organização comunitária, sua conexão com o território e seu compromisso com o bem-viver, que compreendi que há outras formas possíveis de fazer parte da transição ecológica. Mesmo enfrentando desafios como a escassez hídrica, a distância dos grandes centros e o acesso limitado a tecnologias e financiamentos, esses agricultores criaram um modelo próprio de geração e uso de créditos de carbono, que se diferencia por seu caráter coletivo, pedagógico e regenerativo. Essa criação de um modelo próprio é, por si só, um gesto de insurgência: um modo de reexistir diante das estruturas coloniais que impõem silenciamentos e apagamentos.

Ao invés de depender exclusivamente de certificadoras externas ou consultorias especializadas, o grupo buscou parcerias com universidades públicas e ONGs para construir um processo mais acessível e adequado à sua realidade. Os créditos de carbono gerados são negociados de forma coletiva, com foco em impacto social e ambiental, e parte significativa dos recursos é reinvestida na própria comunidade, em sistemas de captação de água da chuva, hortas comunitárias, mutirões de compostagem e formação de jovens líderes ambientais.

Apesar de propósitos em comum, é notável que as dificuldades encontradas pelas empresas comparadas se diferenciam profundamente. A equidade, muitas vezes apresentada como princípio,

esconde as desigualdades sociais, políticas, tecnológicas e históricas que moldam as restrições ambientais. A concorrência desleal se manifesta quando grandes empresas operam sob leis mais permissivas ou com acesso privilegiado a tecnologias e certificações. O mercado de carbono, tal como estruturado, reproduz lógicas coloniais ao impor padrões técnicos universais que desconsideram a pluralidade de territórios e epistemologias locais, favorecendo quem já detém recursos e invisibilizando modos alternativos de cuidar da terra. Essa crítica dialoga com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2010), que denuncia a persistência da ‘razão indolente’ e da ‘monocultura do saber científico’, responsáveis por deslegitimar outros modos de conhecer e existir no mundo.

Essa experiência revelou que a associação não apenas “participa” do mercado de carbono, mas reinventa suas bases, propondo um modelo que valoriza o território, respeita os tempos da natureza e integra os saberes populares ao debate climático global.

Ao valorizar a diversidade e a equidade, a associação une sustentabilidade ambiental e justiça climática, promovendo a inclusão e a distribuição justa dos benefícios gerados pelos créditos de carbono, assegurando a participação ativa e representativa das comunidades locais. Mais do que compensar emissões, eles estão ensinando outras formas de se relacionar com a terra, formas que regeneram e cuidam, ao invés de apenas extraír. Trata-se de um exemplo vivo de resistência ecológica e epistêmica, que desafia a colonialidade presente nas soluções corporativas para a crise climática e propõe caminhos pautados na reciprocidade, solidariedade e autonomia territorial.

Dar luz a essa experiência é, para mim, um ato de justiça climática. É reconhecer que as soluções mais eficazes e humanas nem sempre vêm dos grandes escritórios ou centros urbanos, mas de pessoas que, com criatividade e solidariedade, constroem alternativas no cotidiano.

Ouvir a associação foi, acima de tudo, um exercício de escuta ativa, que me fez repensar não apenas os limites do mercado de carbono, mas também os sentidos de sustentabilidade, desenvolvimento e pertencimento.

Compreender a justiça climática como lente de leitura foi um processo que atravessou tanto minha formação acadêmica quanto minha vivência prática. Ao iniciar minha pesquisa, ainda com um olhar voltado principalmente à eficiência técnica dos mecanismos de compensação de carbono, percebia o mercado de créditos como uma solução viável, embora imperfeita, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Contudo, ao me debruçar sobre os dados, visitar o território da associação de produtores e escutar suas histórias, compreendi que, por

trás da linguagem técnica, há relações de poder, invisibilização e desigualdades que precisam ser nomeadas.

Esse processo me aproximou de um pensamento crítico, que só foi se moldando com a vivência e a escuta, que questiona as hierarquias do saber e reconhece a centralidade das experiências locais e periféricas na construção de soluções mais justas e enraizadas.

Justiça climática como lente de leitura

A justiça climática me ofereceu uma nova gramática. Uma que não dissocia a crise ecológica da crise social e que entende que a distribuição dos impactos ambientais está diretamente relacionada a dinâmicas de classe, gênero, raça e território.

Como afirmam Schlosberg & Collins (2014), não se trata apenas de distribuir riscos ou benefícios ambientais de forma mais justa, mas de garantir participação significativa nos processos de decisão e o reconhecimento dos modos diversos de ser e de viver. Essa perspectiva me ajudou a interpretar o fato de que a associação de pequenos produtores, embora fosse responsável por práticas de baixo carbono, nunca havia sido incluída formalmente em políticas ou sistemas de compensação.

Foi a partir dessa desconexão que compreendi um dos principais paradoxos do atual sistema de créditos de carbono: ele se apresenta como uma solução de mercado, mas não reconhece os sujeitos que já produzem soluções concretas fora dele.

A associação que acompanhei atua com manejo agroecológico, restauração de vegetação nativa, compostagem comunitária e tecnologias sociais de convivência com o semiárido. No entanto, enfrenta barreiras para acessar certificações e vender créditos, por conta de exigências técnicas, jurídicas e financeiras que foram pensadas para grandes corporações e consultorias especializadas.

A justiça climática, nesse cenário, me convidou a deslocar o centro da análise: dos mecanismos para os sujeitos; do mercado para os territórios; da compensação para a regeneração. A associação passou a ser vista, não como uma beneficiária potencial, mas como protagonista de uma alternativa concreta, que questiona o próprio modelo dominante. Ao criar seu próprio sistema de monitoramento comunitário e articular parcerias com universidades e movimentos sociais, esses produtores não apenas resistem, mas propõem uma outra forma de se relacionar com o carbono, com a terra e com o futuro.

Esse entendimento se intensificou quando percebi que minha posição como pesquisadora também precisava ser revista. Não bastava descrever a realidade; era necessário escutar com humildade, construir com coerência e devolver com compromisso. A justiça

climática me ensinou que o conhecimento é relacional e situado, e que a academia precisa estar a serviço das lutas por reconhecimento e redistribuição. Como defende Boaventura de Sousa Santos (2007), é preciso construir uma "ecologia de saberes", que valorize os conhecimentos científicos, mas também os populares, ancestrais e territoriais, muitas vezes relegados ao silêncio.

Nesse processo, encontrei nas palavras de Ailton Krenak uma orientação ética profunda: *"a difícil experiência de manter o equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver"* (KRENAK 2019: 28). Essa ideia de reciprocidade me atravessa enquanto mulher jovem, pesquisadora e filha de um tempo em que a crise climática já não é uma previsão, mas uma realidade cotidiana. Devolver, para mim, é sair do lugar de especialista e se colocar ao lado, escutando e aprendendo com os que vivem as transformações ambientais de forma direta, e que ainda assim continuam cultivando alternativas.

Essa ideia de reciprocidade me atravessa enquanto mulher jovem, pesquisadora e filha de um tempo em que a crise climática já não é uma previsão, mas uma realidade cotidiana. Devolver, para mim, é sair do lugar de especialista e se colocar ao lado, escutando e aprendendo com os que vivem as transformações ambientais de forma direta, e que ainda assim continuam cultivando alternativas.

Portanto, justiça climática não é uma camada adicional no debate ambiental. É um ponto de partida. É recusar a falsa neutralidade das soluções descoladas da realidade e atualidade. É denunciar as assimetrias que impedem que comunidades como a que estudei sejam reconhecidas como líderes climáticos. É exigir políticas públicas que fortaleçam experiências de base e rompam com a lógica extrativista disfarçada de verde. E, sobretudo, é manter a esperança radical de que outro futuro é possível, um futuro construído com os pés no território, com uma escuta atenta e o compromisso com a vida em sua pluralidade.

A análise do caso da *Associação do Bioma Caatinga* evidenciou que, além das dificuldades financeiras e regulatórias, há barreiras geográficas, ausência de políticas públicas específicas e uma baixa valorização do bioma Caatinga nas agendas ambientais.

Apesar de ser um ecossistema de enorme importância para a regulação climática e a subsistência de comunidades tradicionais, a Caatinga segue negligenciada e vulnerável, enfrentando desertificação, escassez hídrica e exclusão dos projetos de maior visibilidade internacional. Ainda assim, essa vulnerabilidade representa também uma oportunidade de reposicionamento do bioma como peça essencial na luta contra as mudanças climáticas.

Juventude, ciência e participação

Ser jovem em um mundo em colapso ambiental é como caminhar sobre um fio esticado entre o medo e a esperança. De um lado, vivemos o impacto direto de uma crise climática que não causamos, mas cujas consequências já moldam nossas rotinas, nossos afetos e nossos sonhos. De outro, é justamente por sermos dessa geração que resiste e reaprende, que carregamos a força necessária para não aceitar o mundo como ele está, mas para imaginá-lo novamente.

Minha juventude foi marcada pela escolha consciente de cursar Engenharia Ambiental, uma decisão que nunca foi apenas sobre obter um diploma, mas sobre seguir um propósito. Em uma universidade pública, vivi uma formação que ultrapassou os limites das salas de aula e das fórmulas técnicas. Foi uma caminhada construída nas conversas, nas vivências em campo, na escuta atenta às comunidades, e na participação em pesquisas que me ensinaram a pensar com o território.

Mais do que uma trajetória acadêmica, essa experiência foi atravessada por uma inquietação constante diante das injustiças ambientais naturalizadas, aquelas que parecem fazer parte da paisagem, mas que carregam séculos de exclusão e silenciamento.

Por isso, não me reconheço apenas como estudante ou pesquisadora em formação. Sou parte de uma geração que precisa, simultaneamente, compreender o colapso e construir alternativas. Somos, ao mesmo tempo, herdeiros de uma crise e sementes de um futuro que ainda estamos tentando cultivar.

Dentro da universidade, senti o peso e o privilégio de ocupar um espaço historicamente excludente. E mesmo com o avanço de pautas sociais, percebi que ainda são raros os momentos em que as juventudes, especialmente as periféricas, as mulheres e os povos do campo e das florestas, são legitimamente ouvidas nos processos de formulação de políticas ambientais.

A juventude é muitas vezes romantizada como “futuro do planeta”, mas raramente é convidada a construir esse futuro no presente. Nossos saberes são subestimados, nossa energia instrumentalizada, nossa presença tolerada apenas até o ponto em que não incomodamos estruturas consolidadas.

Mas ao entrar em contato com a realidade da associação de produtores no semiárido, compreendi que a juventude não precisa pedir permissão para existir nos espaços de decisão. São jovens que constroem cisternas, revitalizam solos, criam redes de solidariedade, documentam as transformações do clima com seus celulares e produzem ciência em linguagem acessível. São jovens que ensinam, com a prática, que participação política não é algo distante: ela se dá no cuidado com

a terra, na partilha de sementes, na ocupação dos espaços públicos e na reinvenção da própria ideia de futuro.

Minha experiência de pesquisa me colocou no papel de mediadora: entre a universidade e os territórios, entre a linguagem científica e os saberes populares, entre as juventudes que estão nas margens do debate e as estruturas que moldam as decisões globais. Percebi que a ciência, por mais poderosa que seja, não é suficiente se não for acompanhada por sensibilidade, escuta e responsabilidade. Ser cientista jovem, para mim, é também ser alguém que duvida da neutralidade, que se posiciona, que transforma dados em diálogo e gráficos em gesto político.

A juventude carrega consigo a potência de tensionar o presente. Somos aqueles que perguntam por que as soluções verdes continuam excluindo os mesmos de sempre. Somos aqueles que se recusam a ver o carbono como número, sem enxergar o rosto de quem planta, cultiva, cuida. Somos aqueles que, em vez de apenas “inovar”, querem reencantar o mundo — inspirados pela educadora Moema Viezzer, que em sua trajetória pela educação popular ambiental nos ensina a agir com amorosidade e consciência coletiva, sabendo que o futuro se constrói em comum.

Nesse sentido, reconheço que meu lugar como jovem mulher pesquisadora não é um simples degrau rumo a um currículo. É um lugar político, construído com esforço, afeto e compromisso com a vida. Quando levo ao espaço acadêmico as vozes das comunidades, dos pequenos agricultores, dos coletivos locais, não estou apenas ampliando o escopo da pesquisa, estou reivindicando o direito de pensar o mundo com outras lógicas, com outros tempos, com outras linguagens.

Como juventude, queremos mais do que protagonismo simbólico: queremos participar da formulação de soluções, influenciar decisões, criar alianças intergeracionais e construir uma ciência que regenere e não que separe. Como apontam diversos manifestos juvenis latino-americanos, não estamos aqui para sermos ouvidos “mais tarde”. A crise climática é agora, e nossa ação também deve ser.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, percebi que muitos espaços institucionais ainda resistem em reconhecer a potência das juventudes como protagonistas na construção de respostas climáticas. Somos constantemente interpelados pela ideia de que “a experiência vem com o tempo”, mas raramente nos é oferecido o tempo para experimentar. Essa contradição se torna ainda mais evidente quando a juventude periférica, indígena, negra ou do campo tenta ocupar espaços de decisão. A juventude, no entanto, não quer apenas herdar o mundo, quer reinventá-lo.

Foi nesse lugar de reinvenção que me reconheci enquanto ponte entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares. A escuta da

associação de produtores, por exemplo, me ensinou mais do que qualquer gráfico: ensinou sobre resistência cotidiana, sobre manejo afetivo do solo, sobre o valor do silêncio que regenera. E foi ao levar essa escuta para o espaço científico que comprehendi que participar da ciência também pode ser um ato de cuidado, de denúncia e de reconstrução.

A juventude tem, nesse sentido, um papel decisivo: somos geração de transição, herdeira dos excessos do passado, mas também guardiã das possibilidades do futuro. Nossa atuação se dá em múltiplas frentes da pesquisa acadêmica aos coletivos de base, das mobilizações digitais às práticas agroecológicas, da denúncia das injustiças à proposição de alternativas regenerativas.

Como destaca a *Carta da Juventude Brasileira para a COP28* (2023), “a juventude é parte da solução, não apenas uma categoria a ser consultada”. Essa afirmação ressoa em mim como um chamado ético: não ser apenas espectadora do futuro, mas parte ativa da sua construção.

Caminhos que se abrem

Os resultados da pesquisa demonstraram que, apesar do potencial do mercado de carbono na mitigação das mudanças climáticas e na construção de uma economia verde, sua estrutura ainda não é igualmente acessível a todos os agentes econômicos. Pequenas organizações comunitárias enfrentam desafios significativos, como altos custos de certificação, burocracia excessiva e ausência de apoio técnico, enquanto grandes corporações detêm os recursos necessários para cumprir as exigências do setor. Assim, a participação nesse mercado segue concentrada e excludente.

Encerrar uma pesquisa não é concluir um processo, mas abrir brechas por onde novas perguntas, alianças e possibilidades possam florescer. Ao longo da minha trajetória como jovem pesquisadora, comprehendi que a justiça climática não se limita à denúncia das desigualdades ambientais. Ela é, também, uma prática cotidiana de escuta, reconhecimento e construção coletiva de alternativas.

Minha vivência com a associação de produtores do semiárido deixou marcas que ultrapassam os limites da academia. Aprendi que os territórios não esperam políticas perfeitas para agir: eles inventam soluções a partir da terra, da memória, do afeto, da resistência e do pertencimento. Vi que comunidades que, muitas vezes, são retratadas como vulneráveis, são, na verdade, profundamente potentes, não por serem heroicas, mas por insistirem em viver bem, apesar de tudo. A escuta dessas experiências me ensinou que a regeneração começa quando reconhecemos o outro como sujeito, e não como beneficiário ou dado de pesquisa.

Do ponto de vista acadêmico, meu compromisso é seguir fortalecendo uma ciência que dialogue com a vida real, que devolva algo aos territórios, e que seja construída não sobre, mas com as pessoas. Quero continuar pesquisando e trabalhando em iniciativas que articulem justiça climática, regeneração ecológica, economia solidária e epistemologias do cuidado. Quero caminhar junto a outras juventudes que, como eu, entendem que não basta apenas “adaptar” comunidades à crise: é preciso transformar os sistemas que a produzem.

Do ponto de vista ético, me comprometo a manter o olhar atento e o coração disponível. Quero seguir ocupando os espaços onde decisões são tomadas, seja na universidade, na gestão pública, em empresas ou coletivos, levando comigo a lembrança de que cada dado tem um território, cada gráfico tem um rosto, cada política tem impacto direto na vida de alguém.

A justiça climática me ensinou que o desenvolvimento não deve ser medido apenas por metas de carbono ou crescimento econômico, mas pela capacidade de reconstruir vínculos, fortalecer comunidades e honrar os saberes que sustentam a vida. Ela me ensinou que não há solução “neutra” para a crise climática: toda decisão é um posicionamento, toda escolha revela para quem a política serve.

Ao olhar para frente, desejo seguir esse caminho com coragem e humildade, ciente de que não caminho sozinha. Carrego comigo os saberes que escutei, os territórios que me acolheram, e a convicção de que as transformações mais profundas não vêm de cima, mas brotam do chão onde há escuta, partilha e vontade coletiva de mudança.

E se há algo que essa experiência me ensinou é que a justiça climática não é um destino, mas uma travessia. Uma travessia que exige coragem para imaginar outros mundos e ternura suficiente para construí-los em comunidade.

Sentir o território: afetos, pertencimento e resistência

Nem toda resistência se escreve em relatórios. Há também aquela que pulsa em silêncio e na vivência cotidiana de cada um que, por quietação, a deixa quieta e morna em um canto, mas que ainda assim segue viva. Resistência essa, que se escancara no modo como as pessoas se relacionam com a terra, com a memória e com o outro. Ao longo da minha trajetória de pesquisa, comprehendi que o pertencimento ao território não é apenas uma questão geográfica, mas também afetiva, política e existencial.

É nesse chão vivido que percebi que este pertencimento não é um privilégio: é um direito. Pertencer ao território, sentir-se parte dele e responsável por ele, é o que sustenta a luta de muitas comunidades que

resistem à invisibilização histórica e às soluções prontas que chegam de fora. São resistências que brotam do cotidiano, dos vínculos, da memória coletiva, e que por isso mesmo, não cabem nos indicadores convencionais.

Escutar as comunidades do semiárido nordestino me permitiu perceber que o que está em jogo na justiça climática não é apenas a gestão de recursos naturais, mas o direito de existir com dignidade em um lugar. As histórias que ouvi não falavam apenas de técnicas agrícolas ou de carbono estocado, mas de vínculos fortes, de laços familiares, de festas, lutas, rezas e saberes. A vida se inscreve no território por meio de sentidos que extrapolam qualquer planilha ou indicador de desempenho ambiental.

Nesse processo, a ideia de pertencimento deixou de ser um conceito abstrato e se tornou parte viva da minha pesquisa. O pertencimento é o que sustenta o cuidado. É ele que faz com que uma comunidade plante uma árvore não apenas por ser ambientalmente correto, mas por memória, por herança e por esperança. É esse tipo de laço que desafia a lógica impessoal dos mercados e afirma que cuidar do território é, também, cuidar de si.

A justiça climática, quando atravessada pelo afeto, nos convida a outro tipo de engajamento: aquele que reconhece que não há neutralidade possível quando se trata de vidas, de histórias e de mundos que resistem. Nesse sentido, reafirmo que sentir o território é, também, uma forma de produzir ciência, uma ciência que escuta, que se afeta e que se compromete.

Referências

Carta da Juventude Brasileira para a COP28 (2023). Disponível em: <https://engajamundo.org/cop28/carta-da-juventude-brasileira> Acesso em: 22/07/2025.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras.

LEFF, Enrique (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, Vozes.

SANTOS, B. de S. (2007). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez.

SCHLOSBERG, D. & Collins, L.B. (2014). “From environmental to climate justice: climate change and the discourse of environmental justice”, *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 5(3): 359-374. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wcc.275> Acesso em: 05/10/2025.

Sobre a autora

Victoria Oliveira Lopes Mendes é engenheira ambiental formada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde transformou o curso em um propósito de vida. Atualmente, é pós-graduanda na área de energia e pesquisadora no Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando nas áreas de biorrefinaria, gestão climática e economia de baixo carbono. Durante a graduação, aprofundou seus estudos nas vivências de comunidades periféricas e rurais, com foco nos contextos socioambientais do semiárido brasileiro compreendo a inserção destes no mercado de carbono. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a inclusão de pequenas organizações e comunidades tradicionais em estratégias de transição ecológica justa, integrando ciência, território e saberes populares. Acredita na juventude como força regenerativa e na escuta como prática transformadora para construir um futuro social e ambientalmente mais justo.